

Mulheres em luta contra a Violência: forjando uma cultura política feminista.

Rachel Soihet^{*}

A minha situação é desesperadora, pois estou praticamente, sendo mantida em cárcere privado. Moro com um homem, há 17 anos, e temos 2 filhos menores, logo após ir morar com ele descobri que sofria de neurose de guerra, e sempre tentei me separar, mas ele me ameaçava de tirar as crianças (...). A partir daí a situação piorou, pois ele me proibiu de receber visitas inclusive dos meus parentes, não posso ir nem no portão, além de receber ameaças de morte constantemente, até aqui tenho me defendido com facas, martelos e até água quente já ameacei jogar em cima dele.

(...) Na segunda – feira (19/04) estive no Centro da Mulher Brasileira, e fui muito bem recebida pela Sandra, que me colocou em contato pelo telefone com Dr^a. Lígia que me tranqüilizou e aconselhou a procurar o SOS Mulher.

(...) Estou ciente, das dificuldades que vos (sic) também enfrentam, nessa luta que é de todas nós mulheres mas gostaria que me orientassem de como devo proceder. Ele já falou que, se eu for embora dessa vez, ele não vai mais nos procurar, mas como posso ir se não posso sair de casa para trabalhar? Sou costureira e também tenho prática de balconista e sei que posso cuidar sozinha de meus filhos. Desde já agradeço tudo o que puderem fazer por mim¹.

O documento acima corresponde a uma das inúmeras denúncias de mulheres, recebidas pelo SOS/Mulher-RJ, acerca das ameaças e/ou de violências que sofriam por parte de seus companheiros e em que solicitavam ajuda para se separarem dos mesmos. Trata-se de uma situação que algumas estudiosas equiparam ao terrorismo político, reconceitualizando-a como “terrorismo em casa”, pois tal modalidade de violência ao ser perpetrada contra mulheres em relações íntimas apresenta efeitos similares a aquele (Almeida, 1998: p.54). Mas, também, através do relato acima se constata uma mudança de comportamento das mulheres que não mais se envergonham de tornar públicas mazelas que até há pouco eram ocultadas, por serem consideradas do âmbito da intimidade. Dessa forma, legitimava-se a máxima “O privado é político”, insistindo-se no caráter estrutural da dominação e tornando evidentes as modalidades de poder que também se expressam na vida cotidiana, nos diversos aspectos das relações sociais e pessoais, e que, frequentemente, significavam a inferiorização das mulheres (Varikas, 1997: 67).

Assim, parecia distante um episódio ocorrido no Centro da Mulher Brasileira – CMB, no início de 1979, quando da organização do Encontro Nacional de Mulheres a ser realizado a 8, 9 e 10 de março. Recém chegada da França, a física Lígia Maria Coelho Rodrigues que militara no feminismo naquele país, busca engajar-se no CMB e manifesta sua surpresa,

^{*} Professora Titular de História Moderna e Contemporânea, do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Destaco a colaboração das bolsistas do CNPq Nataraj Trinta Cardoso, do PIBIC Maria Mostafa, Fernanda Pires Rubião e Joyce Ribeiro Leal na realização da pesquisa e reflexão sobre o material coletado.

¹ Carta de Nelma Bezerra Casemiro ao SOS. 22.04.1983

diante da ausência na pauta das discussões do Encontro de questões como a sexualidade e a violência contra a mulher. Ao sugerir a inclusão do tema da violência, obtém como resposta: “Aqui no Brasil é diferente da França. Aqui no Brasil, mulher que apanha do marido é por que gosta”²

Naquele momento, as questões prioritárias eram aquelas ligadas aos direitos civis, ao trabalho, especialmente, das mulheres pobres, as creches, considerando as feministas que deveriam se assumir como vanguarda revolucionária do movimento das mulheres, necessária para orientar as trabalhadoras em sua missão histórica. Buscavam legitimar-se se articulando com os outros movimentos de luta pela redemocratização do país, então mergulhado na ditadura militar (Rago, 1996:35). Afirmava-se, assim, a distância de temas como a violência contra as mulheres, a sexualidade, o aborto, assim como a discussão sobre a assimetria de poder nas relações entre homens e mulheres, além das preocupações com as questões ligadas à subjetividade, as quais se constituíam em aspectos privilegiados nos Estados Unidos e na Europa Ocidental. Estes deviam ser evitados não se descartando atitudes autoritárias com vista a este objetivo (Goldberg, 1987:111/112). Apesar de toda oposição, porém, à exceção do aborto, das oito comissões previstas para o Encontro, nas quais se repartiram 400 mulheres, duas voltaram-se para os temas que boa parte desejava tê-los proscrito, quais sejam, a sexualidade e a violência.

A situação no CMB, porém, revelava-se extremamente difícil para as mulheres desejosas de levar à frente a discussão das questões acima citadas e estas dele se retiraram, surgindo em abril de 1979 o Coletivo de Mulheres, do qual se despreendeu em fins de 1981 o SOS Mulher, organização voltada especificamente para as questões ligadas à violência contra as mulheres. Por outro lado, constata-se que o CMB, após a cisão, passa a incorporar tais reivindicações e algumas de suas componentes, também, mergulham na campanha em favor daqueles temas. Com a aprovação da Lei da Anistia em 28 de agosto de 1979 e a volta das exiladas, sob viva influência dos feminismos, especialmente, europeus, aliada à experiência daquelas que aqui permaneceram, esses movimentos assumiram uma nova configuração, tornando-se os feminismos na década de 1980 uma força política e social consolidada em que as relações de gênero assumiram primeiro plano.

Inclusive, na minha percepção, a partir daí, foi se forjando entre as feministas uma cultura política. Chego a tal conclusão considerando:

² Entrevista da física Maria Lígia Coelho Rodrigues a Rachel Soihet e equipe a 01 de fevereiro de 2005.

o fato de o conceito de cultura política permitir explicações/interpretações sobre o comportamento político de atores individuais e coletivos, privilegiando suas percepções, suas lógicas cognitivas, suas vivências, suas sensibilidades (Gomes, 2005: 30).

E ainda valendo-me das colocações de Daniel Cefaï, acerca da noção de “contextos de experiência e atividade dos atores” possibilitando-lhes “novas formas de compreensão e de representação do mundo” e sua contribuição decisiva no alargamento dos horizontes de análise das culturas políticas (Dutra, 2002:18), no que me contraponho à opinião de que o feminismo não possui uma cultura política (Berstein,1998: 352).

Dessa forma, acompanhamos as sucessivas intervenções das organizações feministas, como aquela ocorrida a 09 de março de 1980 na sede do Sindicato dos Metalúrgicos em comemoração ao Dia Internacional da Mulher³. Na ocasião, observa-se a discordância entre a professora Hildésia Alves de Medeiros, vice-presidente do Centro Estadual de Professores e a economista e professora da Universidade Federal Fluminense, Hildete Pereira de Melo. Segundo Hildésia, as questões específicas deveriam ser debatidas e assumidas pelas mulheres das diversas categorias profissionais, na medida em que a luta pela libertação da mulher estivesse “intimamente ligada à luta mais geral do movimento dos trabalhadores contra a exploração”. Ao que rebateu Hildete, salientando que embora reconhecesse a existência de uma luta mais ampla a ser travada, acreditava em pontos específicos que o socialismo não resolveu, afirmando que “A opressão da mulher é anterior ao capitalismo”.

Observa-se nessa discussão o embate entre a perspectiva de que as demandas feministas deveriam estar atreladas à luta mais geral e, por outro lado, a posição de uma militante que, reiterando suas posturas anteriores, argumentava que se deveria considerar prioritariamente as demandas próprias das mulheres. Contrapunha-se a uma posição recorrente nos domínios esquerdistas, cujas representantes por longo tempo predominaram no CMB, de transferir a discussão sobre a situação das mulheres para “depois da libertação deste ou daquele povo, depois do fim do racismo, depois da liberação dos proletários, depois da Revolução – enfim, **depois de tudo**” (Delphy, 1994: 193). Mediando o debate, a física Ligia Maria Coelho Rodrigues, na época membro do Coletivo de Mulheres e que saíra do CMB, diante da intolerância para com suas posições, afirma que a riqueza do movimento feminino estaria nessa diversidade, concluindo:

³ Na preparação desse evento participaram o Centro da Mulher Brasileira, o Coletivo de Mulheres, a Sociedade Brasil Mulher e os departamentos femininos dos sindicatos dos Metalúrgicos e dos Bancários.

*O que queremos é transformar os problemas do dia a dia numa discussão política. Esse é o caso da sexualidade, que sempre foi considerada um assunto particular, mas que, na medida em que é discutida coletivamente, se transforma numa discussão política*⁴.

Ainda, enquanto membro do Coletivo de Mulheres, na primeira reunião da Coordenação, Lígia como coordenadora da Comissão de Violência mostrou seu interesse em examinar o Código Penal a fim de verificar o que estava e o que não estava incluído no mesmo. Outra idéia foi a de documentar os casos de violência e compor um dossiê e, mesmo, uma teoria da violência⁵ Mais adiante, a 08 de junho de 1979 é colocada por Lígia a intenção de publicar uma brochura com depoimentos de mulheres vítimas da violência. Também, informa o projeto de organizar uma assistência jurídica às mulheres, constituindo uma equipe de advogadas dispostas a colaborar com a Comissão⁶.

E conquistas foram obtidas, quer no caso da violência física, quer da violência simbólica⁷ (Chartier, 1995:40-44). Episódio emblemático foi o do julgamento de Doca Street, como era chamado Raul Fernando do Amaral Street, assassino de Ângela Diniz, alegando a infidelidade da mesma. Este no primeiro julgamento merecera aplausos do público e a partir do argumento de legítima defesa da honra recebera uma pena ínfima.⁸ O caso mereceu a atenção das feministas que se mobilizaram no sentido de uma revisão da pena, acentuando o perigo que acarretaria essa impunidade para a sociedade brasileira. Suas atitudes de enfrentamento dos preconceitos então existentes com relação às mulheres contribuíram decisivamente para acentuar a mudança de mentalidade na sociedade brasileira, constituindo-se em elemento crucial na elevação da consciência de gênero no Rio de Janeiro, culminando com a condenação do acusado⁹ (Perrot, 1994: 503-539).

⁴ “Mulheres discutem sexualidade aborto no Dia Internacional” *Jornal do Brasil*. 09.03.1980.

⁵ Ata da primeira reunião da Coordenação do Coletivo de Mulheres. 28.05.1979.

⁶ Ata reunião da Coordenação do Coletivo de Mulheres. 22.06.1979.

⁷ A violência simbólica supõe a adesão dos dominados às categorias que embasam sua dominação, correspondendo a interiorização pelas mulheres das normas enunciadas pelos discursos masculinos. Assim, definir a submissão imposta às mulheres como uma violência simbólica ajuda a compreender como a relação de dominação – que é uma relação histórica, cultural e lingüisticamente construída – é sempre afirmada como uma diferença de ordem natural, radical, irredutível, universal.

⁸ Foi condenado, apenas, a 2 anos de 2 meses de detenção, permanecendo em liberdade por força de “sursis”. Embora a figura da legítima defesa da honra não existisse no Código Penal brasileiro em vigência, a defesa utilizava-a e o júri popular a ratificava. Constituir-se-ia em um “artificialismo jurídico”, pois resultava da conjugação de crimes praticados em legítima defesa com crimes contra a honra, ambos previstos no Código Penal. Jacqueline Hermann e Leila L. Barsted. *O Judiciário e a violência contra a mulher: a ordem legal e a (des)ordem familiar. Cadernos CEPIA nº 2*. Rio de Janeiro, setembro de 1995 In: Suely Souza de Almeida. Op. Cit, p. 11.

⁹ “Doca Street-a condenação do assassino” *Movimento*. 9 de novembro de 1981. A expressão “tomada de consciência de gênero” é utilizada por Michelle Perrot parafraseando E. P. Thompson para quem é no processo de luta que ocorre a tomada de consciência de classe pelos trabalhadores.

Mas a luta continuou e um episódio muito traumatizou as feministas envolvidas com tais questões, a ponto de nossa entrevistada Lígia Rodrigues afirmar: “Eu nunca consigo falar disso sem chorar. Até hoje”. Trata-se da história vivida por Christel Arvid Johnston em 1981 que, segundo o depoimento de Lígia Rodrigues, era brasileira, de família escandinava, estava separada, tinha um filho e

ela tinha ouvido falar que existia essa comissão antiviolença em alguma entrevista que alguma de nós deu para algum jornal, para alguma televisão, sei lá ...(...). Não sei mais como ela conseguiu o telefone da gente, entrou em contato com uma de nós e pediu para vir em uma reunião¹⁰.

O ex marido, Eduardo Alberto Arvid Johnston vivia perseguindo-a. Ficava todo o tempo em frente a sua casa, se ela saía ele ia atrás. Ela trabalhava no consulado alemão, ele postava-se em frente e ligava para o Consulado. Christel tinha dado queixa na delegacia inúmeras vezes, sem qualquer resultado e sua decisão de buscar apoio junto a este grupo de mulheres devia-se ao medo que passou a ter diante dessa perseguição. Inclusive, através de uma carta que enviou ao Juiz da 6ª Vara de Família, detalha suas providências infrutíferas junto à polícia para se livrar das perseguições do ex-marido, da qual se depreende uma verdadeira crônica da “morte anunciada”.¹¹

Apresenta-se, dessa forma, um quadro de violência de gênero obedecendo a uma escalada rotinizada, em que se sucedem cenas de violência cotidiana, ameaças de morte dirigidas diretamente à mulher e/ou a seus filhos e a outros familiares, assim como a pessoas próximas, configurando um clima de terror doméstico e que, via de regra, culmina no homicídio. (Almeida, 1998: 28). Fato comprovado na narrativa que se segue: “E num belo dia ele a matou. Matou numa esquina de Ipanema. Acho que foi na Nascimento Silva com a Garcia D’Ávila. Fechou o carro dela, desceu, atirou e matou. Isso foi um horror. A gente ficou muito mal”. Deixava de ser, como Lígia nos confessa, algo distante do qual se ficava sabendo através dos jornais. Tratava-se de uma pessoa com a qual se estabeleceram laços de afetividade. “E a gente entrou em parafuso”. As componentes do grupo decidiram que deveriam fazer alguma coisa mais consistente. Sabedoras de que havia um grupo organizando um SOS em São Paulo entraram em contato com algumas de suas componentes que vieram para o Rio com vista a uma reunião, decidindo-se pela criação de um SOS Mulher, também, no Rio, o que ocorreu em 1982. Em fins de 1981, com este objetivo, organizaram uma festa para angariar recursos, alugaram sua primeira sala na Evaristo da Veiga, divulgando em

¹⁰ Entrevista de Lígia Maria Coelho Rodrigues, concedida em 01 de fevereiro de 2005.

¹¹ “Vítima pressentiu crime em outubro e pediu ajuda a juiz” *O Globo*. 12.09. 1981

seguida a existência do SOS Mulher. Estabeleceram uma escala de plantões, quando recebiam as mulheres que as procuravam. Também, conseguiram um convênio com o escritório modelo da Cândido Mendes, assim como com o da Bennet, para onde encaminhavam as mulheres para o atendimento jurídico¹².

E a atuação do SOS Mulher/RJ fez-se sentir em diversas situações no que tange à violência contra as mulheres. Assim, leva a efeito inúmeras manifestações de protesto, quando de diferentes ocorrências. Igualmente, reclama do atendimento realizado nas delegacias, em casos de agressões e estupros, ressaltando os esforços de seus agentes em culpabilizarem a mulher pelo fracasso da gestão familiar, quanto em destacar a sua responsabilidade na ocorrência, do que resultaria o não enquadramento legal dessas formas de violência (Almeida, 1998:4). Dessa forma, após uma pesquisa feita em São Paulo, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Porto Alegre, João Pessoa, Recife e Goiás, com 1.500 mulheres que fizeram a mesma queixa, elaboram um documento no qual registram que, ao procurarem as delegacias “os atendentes não dão a mínima importância às mulheres; não raras vezes as destratam e se recusam a registrar queixa apoiados em argumentos como ‘não se faz isso contra o próprio marido’, ou ‘você deve fazer coisas erradas para merecer essas surras’”.

No caso de estupro, o problema assume proporções maiores: ‘A vítima acaba sendo ré’. Vasculham sem pudor os detalhes mais íntimos de sua vida. Ela tem que ouvir risadinhas céticas (‘no fundo você deve ter provocado’) ou insinuações (‘deve ter feito isso com o namorado e agora quer arranjar desculpas’). Segundo o SOS Mulher, isso evidencia que a violência exercida contra a mulher é considerada secundária, ‘um assunto doméstico’. No entanto, as pesquisas provaram que muitas dessas agressões, após os pedidos de ajuda à polícia, acabaram-se transformando em assassinatos. A forma como era tratado o assunto contribuía também para que muitas mulheres nem ousassem queixar-se. O grupo SOS Mulher reivindica, no seu manifesto, que a polícia cumprisse seu papel, registrando as queixas e oferecendo proteção a mulheres ameaçadas, não agindo como juiz, pois isso não lhe competiria¹.

Assim, temos um repertório de ações, o que nos permite reiterar a presença de uma cultura política nesse movimento. Para tal conclusão volto a Daniel Cefaï, o qual acentua que “os estudos de repertórios de ação têm alargado consideravelmente o campo de análise das culturas políticas”. Menciona, nesse particular, entre outros trabalhos de historiadores, aqueles de E. P. Thompson e Michelle Perrot que lidam com o que se poderia chamar de “repertório”,

¹² Entrevista de Lúcia Maria Coelho Rodrigues.

em que sua nota diferencial reside na sua preocupação menos com a categorização analítica e mais com a historicidade das formas de ação – sejam elas, greves, motins, insurreições, barricadas -, sua linguagem política, seus substratos culturais, sua relação com a tradição (Dutra, 2002: 22).

Mas, continuava a escalada da violência, dando lugar às manifestações das mulheres. Assim, em junho de 1985 cinco mulheres morreram de maneira trágica. Em decorrência desse fato, o Secretário de Justiça Vivaldo Barbosa criou uma Comissão Especial de Defesa dos Direitos da Mulher - CEDDM, ao mesmo tempo em que grupos feministas tomavam providências para impedir a impunidade dos assassinos. Assim, o SOS Mulher divulgou o “Dossiê da Impunidade”, reunindo 14 casos ocorridos no Rio entre dezembro de 1979 e junho de 1985. Este se constitui de 13 mortes e um caso de agressão sexual a menores, estando soltos seus responsáveis. Por outro lado, as integrantes do SOS Mulher e dos demais movimentos feministas reivindicam medidas práticas da Comissão Especial, criada pelo Secretário de Justiça¹³. Um dos pontos discutidos pela Comissão Especial constituiu-se na criação de um local apropriado para o atendimento de mulheres espancadas e estupradas nas delegacias, além da instituição do sigilo. A situação configurava-se difícil, mas a experiência vinha demonstrando à advogada Kátia Araújo que a ‘luz no final do túnel’ existia¹⁴.

Cerca de um mês depois voltava o mesmo jornal à questão, diante do recrudescimento dos crimes passionais, cujo índice preocupava mulheres e criminalistas. E para as líderes feministas a libertação feminina, a transformação que vinha ocorrendo na sociedade e a educação conservadora e machista do homem brasileiro seriam as razões do fato¹⁵. Diante desse quadro, o Secretário de Justiça Vivaldo Barbosa aguardava um relatório da Comissão Especial de Defesa dos Direitos da Mulher para encaminhar ao Governo do Estado a proposta de instalação de uma Delegacia para mulheres no Rio, a exemplo do que tinha sido feito em São Paulo. Segundo a advogada Comba Marques a Delegacia permitiria às mulheres tornarem públicas as agressões de que são vítimas, “porque o homem vai pensar duas vezes antes de agredir, espancar a mulher, principalmente se tem um cargo ou uma posição a preservar perante a sociedade”¹⁶.

Sobre a Delegacia da Mulher, Lígia Rodrigues, nossa entrevistada, informa que o debate sobre o tema criou uma situação de conflito no SOS. Isto porque uma parte das

¹³ Com representantes dos movimentos feministas, do SOS Mulher, da OAB, Secretaria de Saúde e Educação e Sindicatos, a Comissão se propunha a revisão processual de crimes praticados contra mulheres nos últimos meses.

¹⁴ *O Globo*. 13.07.1985.

¹⁵ “Aumentam os crimes passionais. 4 mulheres mortas”. *O Globo*. 13.07.1985.

¹⁶ Idem, *ibidem*.

militantes achava que se devia investir na pressão sobre o Estado para criar uma Delegacia da Mulher. E outra parte, entre as quais ela se incluía, considerava que se deveria manter autonomia e deixar que o Estado fizesse a sua parte. Tal postura não impediria que prestassem apoio quando necessário. E confessa que: “A verdade é que era um trabalho muito difícil. Muito frustrante”. As mulheres vinham com problemas que não tinham como resolver. Quando elas eram muito espancadas, tornava-se necessário achar um lugar para colocá-las, para que elas pudessem sair de casa, pois não tinham para onde ir. Esse era o caso típico da mulher que dependia financeiramente do marido. Via de regra, quando ele bebia, ele chegava em casa e batia nela, quando não bebia ele ficava bom. É o caso típico de mulher de classe mais baixa.

Também vinham as de classe média, que tinham condições de sair e não conseguiam por problemas psicológicos. “Então, a gente fazia aquelas reflexões com ela, e em muitas das vezes se dava conta de que a coisa era muito mais complicada”. Na verdade, tais mulheres precisavam de psicanálise, de psicoterapia. “Porque tinha raízes muito profundas aquela dependência e a gente não conseguia só com o nosso discurso meio ideológico, meio político e com a nossa solidariedade, a gente não conseguia quebrar”. Havia também os casos bem sucedidos. “Nós tivemos casos de mulheres que conseguiram se separar, que conseguiram ir à luta. Que foram para nossas advogadas e que conseguiram (...) obter o que era de direito delas”. Mas a imensa maioria dos casos era muito frustrante. “E aí, quando essa história da delegacia entrou pra valer no meio do SOS, rachou. Rachou e ficou reduzido assim. Eu, uma delas. (...) e a gente decidiu fechar”.

Não tardou que outra parte do grupo se manifestasse contrária a esta proposta¹⁷. Assim, Rita Andréa, Ângela Mendes, Zelma Rabello discordam da decisão tomada. Reconhecem as dificuldades enfrentadas pelo grupo, quase que sozinho, durante a maior parte do tempo, em luta contra a violência doméstica, tida como “assunto de família”, sofrendo o duplo descaso, o da sociedade como um todo e dos poderes públicos em particular. Os plantões de atendimento às mulheres, vítimas de violência, que as procuravam, embora se constituíssem em árdua tarefa, consistiam no eixo fundamental de ação do grupo. Seu objetivo era o de que percebessem a dimensão social da violência, possibilitando o emergir de uma consciência que lhes permitissem lutar com suas próprias forças para não mais aceitar a submissão.

¹⁷ SOS Mulher/RJ “Carta sobre discordâncias internas”. Arquivo Lígia Rodrigues. 02.05.1986.

Mas, enumeravam as dificuldades: reconheciam que a maioria das mulheres buscavam coisas prontas, habituadas ao assistencialismo, o que não fazia parte de suas propostas. Também, uma outra dificuldade era integrar profissionais - advogadas, psicólogas, assistentes sociais – ao trabalho. As poucas que se dispunham o faziam sem qualquer retorno. O relevante, porém, era a solidariedade com que cada mulher no Rio de Janeiro sabia que podia contar: uma ou duas vezes por semana, outras mulheres estavam dispostas a ouvi-las e ajudá-las. E teria sido este trabalho incansável um dos fatores geradores da popularização do tema: “Violência contra a Mulher”. Assim, discordam da posição tomada pelas outras 4 integrantes do SOS de recusa em atuar no fórum da Comissão Especial de Defesa dos Direitos da Mulher. Desejam continuar a luta contra a violência para com a mulher, ocupando todo e qualquer espaço, inclusive, os institucionais, para conseguir o máximo em favor das mulheres. E este último grupo parece ter preponderado nas decisões. Nesse sentido, as feministas, mais uma vez, longe de se colocarem de maneira passiva, uniram-se a partir de “parâmetros previamente articulados por uma rede de sentidos e de conceitos” configurando a presença de uma cultura política (Dutra, 2002:18). E, hoje, interrogada se além do ganho pessoal, o feminismo teve importância também com relação à sociedade brasileira, Lígia enfatiza:

Mas isso sem dúvida, porque veja, embora ainda haja muita coisa pra fazer, e é uma pena porque não tem mais movimento pra ficar apontando isso, muito coisa foi feita. Você vê essas meninas hoje. Há trinta anos atrás estavam pensando só em casar. Elas hoje estão todas estudando. O número de mulheres estudando é cada vez maior. A performance das mulheres é cada vez melhor do que a dos homens em muitíssimas áreas. A participação feminina não para de crescer. Hoje há um número grande de mulheres absolutamente independentes. (...) Algumas até radicalmente independentes. (...) E essa questão da violência. E que eu acho que tive uma contribuição bem importante. Hoje essa questão da violência contra a mulher isso é tema de tudo: jornal, revista, livro, televisão, cinema. Hoje toda a sociedade brasileira sabe que esse problema existe; sabe que mulher apanha em qualquer classe social; sabe que estupro existe em qualquer classe social; (...) E quando a gente falou a primeira vez a gente era olhada como se fosse um bando de malucas.

Constata-se, dessa forma que apesar de dissensões entre as feministas, tal fato não as impediu de contribuir decisivamente na elevação da consciência de gênero e na modelação de uma cultura política. Isto porque, esta mesmo que integrada por elementos diversos e até conflitantes, pôde guardar coerência, possibilitando a produção de interpretações da realidade, sendo fundamental para a construção de identidades. E, em um período relativamente curto, atos reiterados de mulheres, conformaram repertórios de ação, alargando consideravelmente o espectro no que tange às formas de expressão da citada cultura política.

¹ **Bibliografia**

Almeida, Suely Souza de. *Femicídio – algemas invisíveis do público-privado*. Rio de Janeiro: Revinter, 1998.

Cefäi, Daniel. “Experience, Culture et Politique”. In: _____ (Org.). *Cultures Politiques*. Paris, PUF, 2001, p. 93-116 apud Eliana Dutra. “História e Culturas Políticas. Definições, usos, genealogias” *Varia História*. Belo Horizonte, UFMG, n. 28, 2002.

Chartier, Roger. “Diferenças entre os Sexos e Dominação simbólica (nota crítica)”. *Cadernos Pagu*, Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero / UNICAMP, 1995, n. 4.

Delphy, Christine. “Feminismo e Recomposição da Esquerda” *Revista Estudos Feministas Vol.2 N.3*. Rio de Janeiro: CIEC-UFRJ, 1994.

Goldberg, Anette. *Feminismo e Autoritarismo: a metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais – Sociologia) IFCS, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1987.

Gomes, Ângela de Castro. “História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões” In: Rachel Soihet; Maria Fernanda Baptista Bicalho; Maria de Fátima Silva Gouvêa (Orgs.). *Culturas políticas – ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro, Mauad, 2005.

Hermann, Jacqueline e Barsted, Leila L. *O Judiciário e a violência contra a mulher: a ordem legal e a (des)ordem familiar*. *Cadernos CEPIA n° 2*. Rio de Janeiro, setembro de 1995.

Perrot, Michelle. “Sair” *História das Mulheres no Ocidente – O Século XIX*. Porto, Afrontamento; São Paulo, EBRADIL, 1994, vol. 4.

Rago, Margareth. “Adeus ao Feminismo? Feminismo e (Pós) Modernidade no Brasil” *Mulher, História e Feminismo*. *Cadernos AEL n. 3/4*. Campinas, Arquivo Edgard Leuenroth, IFCH, UNICAMP, 1995, 1996

Thompson, E. P. “Lucha de clases sin clases?”. In: _____. *Tradición, revuelta y consciencia de clase*. Barcelona, Editorial Critica, 1984

Varikas, Eleni. “‘O Pessoal é Político’: desventuras de uma promessa subversiva”. *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1997.